

RUMORES FALAM EM LUTA ARMADA:

Fortaleza, 1968

Rumors speak of guerrilla warfare: Fortaleza, 1968.

Aírton de Farias¹

Artigo recebido em: 13/06/2019.

Artigo aceito em: 24/07/2019.

RESUMO

Este artigo trata da cidade de Fortaleza-CE como espaço das agitações políticas do ano de 1968. Aborda as diversas organizações estudantis que realizaram passeatas na capital cearense, não raro, entrando em atritos com as forças policiais. O ano de 1968 foi marcado também pela realização das primeiras ações armadas no estado. Ante os limitados resultados das mobilizações estudantis de 1968, aumentava cada vez mais, entre alguns militantes de esquerda, o desejo da guerrilha como opção política para derrubar a ditadura e implantar o socialismo. Nos anos seguintes, há uma imersão de militantes na luta armada, logo desbaratada perante a repressão dos militares.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura civil-militar; Protestos de 1968; Luta armada das esquerdas.

ABSTRACT

This article deals with the city of Fortaleza-CE as a space for the political upheavals of the year 1968. It addresses the various student organizations that carried out marches in the capital of Ceará, often entering into friction with the police forces. The year of 1968 was also marked by the realization of the first armed actions in the state. Faced with the limited results of the student mobilizations of 1968, the desire of the guerrillas as a political option to overthrow the dictatorship and to implant socialism was growing more and more among some leftist militants. In the following years, there was an immersion of militants in the armed struggle, soon disrupted by the repression of the military.

KEYWORDS: Civil-military dictatorship; Protests of 1968; Armed struggle of the lefts.

¹ José Aírton de Farias é doutor em História Social/Contemporânea II pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a pesquisa *Pavilhão sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971-79)*. Professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE). Currículo Lattes:<<http://lattes.cnpq.br/0536542035821361>>. E-mail: airtondefarias@yahoo.com.br.

Organização estudantil

A historiografia centrou a atenção nas agitações do ano de 1968, sobremaneira, em polos urbanos mais dinâmicos, como os do sudeste brasileiro. É interessante observar, porém, como se deram as manifestações em outras áreas, para entender melhor o dinamismo e diversidades dos processos históricos.

Centro urbano de pouca expressão nos primeiros tempos, Fortaleza se tornou a principal cidade do Ceará ao longo do século XIX. O processo de expansão da capital cearense e do aumento de sua população intensificou-se, de forma impressionante, a partir da segunda metade do século XX. A cidade cada vez mais se consolidava não apenas como o grande centro urbano cearense, mas também como uma das principais metrópoles do Brasil (em 1973, foi criada oficialmente a Região Metropolitana de Fortaleza). Para se ter ideia dos números, em 1950, Fortaleza apresentava 270 mil habitantes; em 1960, passou a ter 518 mil (um aumento de 90%); em 1970, 857 mil (aumento de 63%).² Era, porém, uma expansão com contradições sociais, reproduzindo estruturas políticas autoritárias contra pobres, trabalhadores, jovens, mulheres.

Não surpreende, pois, que o ano de 1968, igual ao ocorrido em outros locais do mundo, tenha sido dos mais turbulentos, havendo confrontos entre oposicionistas e polícia, e mesmo as primeiras ações armadas das esquerdas no estado do Ceará, as quais, porém, não chegaram a ser noticiadas pela imprensa local como tais. Boa parte dessa agitação foi promovida por estudantes e organizações de esquerda. Vale ressaltar que existiam várias escolas privadas e públicas à época e em 1955 havia sido fundada a Universidade (Federal) do Ceará. Os discentes se inseriam nas lutas de seu tempo e mantinham vínculos especialmente com as principais organizações que comandavam o movimento estudantil cearense na segunda metade dos anos 1960 – Ação Popular, Partido Operário Revolucionário Trotskista e Partido Comunista do Brasil. Por outro lado, já havia jovens se agregando às

² COSTA, Maria Clélia Lustosa da. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, Borzachiello da. CAVALCANTE, Tércia Correia. DANTAS, Eustógio. (Orgs.). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 76.

organizações guerrilheiras que se instalavam então no Ceará – Ação Libertadora Nacional e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Uma breve análise dessas organizações é importante para melhor compreensão da agitação da capital cearense, realizada em boa parte por integrantes do movimento estudantil.

A Ação Popular³, composta principalmente por estudantes católicos de esquerda, dividia com o PCB o comando das entidades estudantis fortalezenses quando do golpe de 1964. Embora não fosse ainda uma organização marxista e nem visasse à implantação do socialismo (iria aderir ao marxismo em 1968, influenciada pelo maoísmo), a Ação Popular estava engajada na defesa das denominadas *reformas de base*, apresentando grande influência junto aos jovens da época, por intermédio da Juventude Estudantil Católica (JEC, reunindo os secundaristas) e Juventude Universitária Católica (JUC), cujas estruturas, na prática, se confundiam com as da própria AP. Entre seus organizadores locais mais destacados, estavam os padres Tarcísio Santiago e Arquimedes Bruno.

Com a instalação da ditadura, a Ação Popular foi atingida pela repressão, embora, já em 1965, tentasse rearticular a União Estadual Estudantil, a seção local da União Nacional dos Estudantes e a mobilização estudantil, como acontecia no resto do País. Nova onda de repressão. Em novembro daquele ano, o Exército começou a prender os principais líderes da AP no Ceará. Conforme pesquisa de Bráulio Ramalho⁴, foram indiciados em Inquérito Policial Militar (IPM), 19 militantes, num episódio que desarticulou mais uma vez o movimento estudantil. Isso, na visão do autor citado, ajudaria a explicar por que, ao contrário do resto do

3 A Ação Popular foi fundada em 1962 por militantes de esquerda oriundos da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade concebida inicialmente para defender os valores da Igreja nos meios universitários. A criação da Ação Popular vincula-se aos atritos com a cúpula católica em virtude do engajamento daquele grupo na campanha das reformas de base, das simpatias que nutria pela Revolução Cubana e, depois, pela defesa de um “socialismo humanitário e democrático”. A AP teve como fundamentos teóricos o cristianismo e o marxismo e, após algum contato com Cuba, quando realizou mesmo ações guerrilheiras no País, aproximou-se da China comunista e do maoísmo, tal como o PCdoB, o que não deixou de provocar dissidências em 1968. A AP, após um desastroso atentado em Recife no ano de 1966 contra o depois presidente Costa e Silva, afastou-se da tese da luta armada imediata, embora continuasse fazendo preparativos para seu desencadeamento futuro. Acabou se fundindo com o PCdoB em 1973. Vide RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: MORAES, João Quartim de, e AARÃO, Daniel (Orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

4 RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*. Fortaleza: ABC Editora, 2002, p.147.

País, a AP não exerceu a hegemonia entre os universitários cearenses no período de ascensão do movimento estudantil (anos de 1967 e 1968), apesar de sua influência e liderança entre os secundaristas, através do controle do CESC (Centro dos Estudantes Secundaristas Cearenses). Posteriormente, vários membros da AP entrariam para organizações armadas.

Já o PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), conforme Jacob Gorenader, foi implantado no Nordeste a partir de Pernambuco, com a militância do paulista Paulo Roberto Pinto e do uruguaio Pedro Makovsky.⁵ Apenas após o golpe de 1964 que a organização se estruturou no Ceará, embora, obviamente, já existissem simpatizantes das ideias de Trotsky no estado. O PORT, também chamado de Quarta Internacional, foi fundado em Fortaleza nos primeiros meses de 1965, a partir de dois militantes vindos de Pernambuco: Rômulo Augusto Romero Fontes e Gilvan Rocha. Seria robustecido no ano seguinte, quando adentraram a organização quase todos os integrantes da recém-dissolvida Frente Popular de Libertação, agrupamento de esquerda local de vinculações com Leonel Brizola, que tentara desencadear, em 1966, um foco de guerrilha na Serra do Caparaó-MG/ES, sem êxito.⁶

No Ceará, o PORT chegou a contar com a militância de operários e camponeses. Obteve certa influência junto aos têxteis, a ponto do trotskista José Ferreira Lima ser um dos líderes do sindicato da categoria. Antigo militante do PCB, José Ferreira, depois, participaria da luta armada, ingressando na ALN e com o fracasso da guerrilha, passou anos presos no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), em Aquiraz-CE. Não obstante, no Ceará, o reduto principal da militância do PORT encontrava-se no meio estudantil de Fortaleza, possuindo a organização a hegemonia do movimento secundarista e se constituindo uma força política entre os universitários.⁷ Chegou a publicar, em Fortaleza, um jornalzinho mimeografado denominado *O Proletário*.

5 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999, p. 37.

6 Mário Albuquerque, entrevistado a 20 de janeiro de 2003.

7 RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*, p. 135.

Embora defendesse as ideias de Trotsky sobre a revolução permanente, o PORT recusou a luta armada imediata como resposta à ditadura militar, acreditando que o regime não tinha base social e que poderia ser derrubado pela pressão das massas. Daí por que insistia na preparação teórica de militantes, uma novidade para a época no Ceará, por meio de “escolas de quadros”, encontros para estudos e discussões teóricas do marxismo, visando a uma insurreição armada futura. Ao contrário do PCB, contudo, os trotskistas recusaram qualquer aliança com a burguesia e repeliram contato com o MDB, pregando o voto nulo.⁸

Vale ressaltar que o PORT-CE sofreu, nos anos seguintes à sua instalação, várias dissidências, em virtude de divergências internas, com a saída de muitos de seus membros e o “recrutamento” de outros. Vários desses militantes adentraram em organizações que defendiam a luta armada imediata, sobretudo o PCBR. Em 1966, Gilvan Rocha rompeu com o PORT, o que motivou a vinda de novos dirigentes de Pernambuco para reorganizar o partido. Gilvan, a seguir, estruturou no estado o Partido Operário Camponês (POC) e, depois, o Movimento Comunista Internacional (MCI), ambos de caráter trotskista. O MCI, embora fosse contra a luta armada imediata, participou dos preparativos para a expropriação do carro pagador do *London Bank*, em março de 1970, e teve alguma influência no meio sindical.⁹ Em 1974, vários militantes do MCI foram presos em Fortaleza.¹⁰

Embora não tendo aderido à guerrilha, o PORT foi alvo da repressão da ditadura, tendo vários de seus militantes presos no início de 1970, quando as ações armadas no Ceará aumentaram consideravelmente e a polícia não conseguia encontrar os “terroristas” responsáveis. A prisão dos trotskistas foi usada pelos

8 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 130.

9 ROCHA, GILVAN. *Meio século de caminhada socialista*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008, p. 121 e seguintes.

10 “(...) O grupo, segundo informação da Polícia Federal, era dirigido por Gilvan Queiroz da Rocha, que inclusive usava o nome falso de Clóvis Tavares Pinheiro, com quem chegou a casar-se com outra subversiva, Ester Barroso Pinheiro. Estão envolvidos, além de Ester e Gilvan, Raimundo Nonato Teixeira, Agamenon Rodrigues Eufrásio Oliveira, Antônio Eudes Morão Maia, Nelson Luiz Bezerra Campos, João Gomes da Silva, Francisco Auto Filho e José Maria Tabosa”. Ala do MCI agindo em Fortaleza. “Federais” estouram movimento comunista. *Correio do Ceará*, 28/03/1974, p. 1.

órgãos de repressão como evidência da “competência de seu trabalho investigativo” e alardeado pela imprensa como um grande tento na luta contra a “subversão”.¹¹

A fundação do PCdoB no Ceará tem peculiaridades. Após o golpe de 1964, o dirigente nacional da agremiação, Diógenes Arruda, veio ao Ceará objetivando manter contato com militantes “descontentes” do PCB e, assim, fundar o núcleo local da organização¹². Não teve êxito em virtude da frustração e confusão que tomou conta das esquerdas locais quando da instalação da ditadura e pela postura de muitos dos militantes em insistir por esperar qual seria o posicionamento do PCB ante a nova conjuntura política.

Da mesma forma que no resto do Brasil, o PCB-CE em pouco tempo começou a perder filiados. No ano de 1965 iniciaram-se as conversas entre “descontentes” do PCB e o PCdoB. Contatos do advogado José Augusto Menezes numa viagem de férias ao Rio Grande do Sul fizeram vir ao Ceará o dirigente nacional Ângelo Arroyo. Foram feitas, a seguir, várias reuniões com aqueles “descontentes”, dentre os quais Sílvio Mota, José Sales de Oliveira, José Ferreira de Alencar, Oséas Duarte de Oliveira, José Valdir de Aquino, Walton Miranda e Miguel Cunha, visando a estruturar a nova organização nas terras cearenses. A ruptura definitiva desses militantes com o PCB aconteceu em tensa conferência clandestina (a primeira do Partido Comunista Brasileiro após o golpe), realizada em Paracuru, no sítio do veterano comunista Anário de Carvalho.

Ali, os “descontentes” condenaram o reformismo e a inércia da direção nacional comandada por Luis Carlos Prestes ante a “Revolução” de 1964; irritaram-se ainda mais quando debateram a postura do PCB em não propor a luta armada

11 “Desbaratada rede de subversão no Ceará” – O Povo, 08/05/1970, p. 1. “Desbaratada subversão no Ceará” – Correio do Ceará, 08/05/1970, p. 1. A polícia estourou um aparelho do PORT na rua Padre Valdevino, em Fortaleza, capturando os universitários Tereza Maria de Paula, Maria Zilene Craveiro e Lourival Carneiro de Sousa. Em junho do mesmo ano, noticia-se o pedido de prisão preventiva feito pela PF à Justiça Militar de mais dez ativistas, além dos três citados: Helena de Paula Joça, Bartolomeu José Gomes, Paulo Emílio de Andrade Aguiar, Verônica Daniel Silveira, Inocêncio Rodrigues Uchoa (preso em Recife), Enrico Dorneles e Ivan de Barros Falcão. Correio do Ceará, 24/06/1970, p. 2.

12 Gilvan Rocha diz que essa preocupação do PCdoB (stalinista) em organizar sua seção local se deu também em virtude da mobilização trotskista em Fortaleza. A estratégia era congregiar os descontentes do PCB antes que o espaço fosse ocupado pelo PORT. ROCHA, Gilvan. *Meio século de caminhada socialista*, p. 121.

contra o regime e realizar a oposição pacífica e institucional via MDB; e quase foram às vias de fato quando foi discutida a forma como a cúpula cearense do PCB havia “contribuído” para a queda, prisão e humilhação de vários companheiros. Um dos líderes da organização no estado, Aníbal Bonavides, com o golpe militar, reuniu vários documentos do partido, às pressas, num surrão (uma espécie de saco grande, feito de palha, muito comum nos sertões cearenses) e pediu a uma vizinha para guardá-lo. Foi um equívoco de Aníbal. Logo os militares, a partir de investigações e denúncias anônimas, se apossaram do que ficou conhecido entre os comunistas como o “surrão do Aníbal”. Esta documentação serviu de prova para processos e a prisão de vários comunistas cearenses.

Os “descontentes” do PCB viraram dissidentes – e não foram poucos. Quase todos os integrantes do diretório municipal de Fortaleza romperam com o partido. Importante ressaltar que vários desses dissidentes da mesma forma romperiam com o PCdoB, levando à formação da ALN no Ceará.¹³

O PCdoB apresentava uma boa base de militância junto aos estudantes cearenses, a ponto mesmo de haver obtido a hegemonia do movimento estudantil universitário, enquanto nacionalmente tal domínio estava com a Ação Popular. O já citado trabalho de Bráulio Ramalho entende que essa liderança ligava-se à repressão desencadeada sobre a AP em 1965 e ao pragmatismo dos dirigentes estudantis do PCdoB, que não discriminavam os demais militantes de organizações de esquerda e apresentavam preocupações com questões e reivindicações mais próximas do cotidiano estudantil, e não apenas com as conjunturas políticas nacionais e globais.¹⁴ Mas não deixa de ser, acrescentamos, um sinal do “espírito da época”, da radicalização política de setores universitários. Com a reabertura do DCE da Universidade do Ceará, em 1966, o PCdoB elegeu os presidentes da entidade em duas gestões, João de Paulo Monteiro (1967/68) e (o depois deputado federal e ministro no governo Lula) José Genoíno Neto (1968/69).¹⁵

13 RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*, p. 148-158.

14 RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*, p.153.

15 RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*, p. 158.

É sabido que o PCdoB foi a única organização armada do Brasil que implantou a guerrilha rural durante a ditadura militar, no caso a guerrilha do Araguaia, no Norte do País, para a qual, inclusive, foram vários cearenses.¹⁶ Mas teria o PCdoB praticado ações “terroristas” no Ceará? A pergunta é procedente, pois, pelas declarações de entrevistados, apenas ALN e PCBR tinham pegado em armas no estado. Caso se entenda luta armada como a realização de ações de expropriação, atentados, etc., o PCdoB realmente não teria agido no Ceará. Realizou, contudo, o proselitismo revolucionário, por meio de conversas informais, comícios relâmpagos, panfletagem, recrutamento de militantes – competindo com as outras organizações guerrilheiras – e instalou campos de treinamento no interior do estado, como nas regiões de Crateús e Cariri, visando a receber militantes fugidos da repressão e formar e enviar quadros para as chamadas zonas de guerra do Maranhão e Araguaia (sul do Pará), conforme nos revelou o ex-dirigente do partido, Oswald Barroso.¹⁷

Estudantes nas ruas

Aquelas organizações de esquerda apoiaram, incitaram e lideraram as não poucas manifestações populares, sobretudo estudantis, acontecidas em Fortaleza no ano de 1968, manifestações muitas vezes de caráter mais radical e vinculadas já à luta armada. Os jovens protestavam contra os acordos entre o Ministério da Educação e a *United Agency for International Development*, mais conhecidos como acordos *MEC-Usaid*.¹⁸ Criticavam o problema dos “excedentes” (que sempre vinha à tona no início do ano, após o vestibular), estudantes que, embora conseguissem a aprovação no vestibular, não cursavam as faculdades em virtude da falta de vagas.

¹⁶ Sobre os cearenses que atuaram no Araguaia, vide MOURÃO, Mônica. *Memórias clandestinas*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

¹⁷ Oswald Barroso, ex-militante do PCdoB, entrevistado em 06 de setembro de 2017.

¹⁸ Realizados em sigilo, os acordos *MEC-Usaid* previam a assessoria de técnicos estrangeiros para auxiliar o governo militar na formulação de nova política educacional. No início de 1967, a sua renovação, após vir à tona, foi amplamente denunciada como uma infiltração imperialista na educação brasileira, colocando em risco o ensino público e gratuito a partir da transformação das universidades em empresas a serviço do modelo capitalista, e passou a ser um dos alvos mais frequentes do movimento universitário. VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência*. Campinas: Unicamp, 1999, p. 39.

As entidades representativas dos estudantes e os grupos de esquerda, em solidariedade aos “excedentes”, promoviam greves, manifestações, acampamentos, reivindicando mais vagas na universidade.¹⁹

Os ativistas de esquerda buscavam realizar a “solidariedade entre as classes oprimidas” (aliança estudantil, operária e camponesa), apoiando causas populares, como nos protestos contra o aumento das passagens de ônibus, em que normalmente aconteciam confrontos com a polícia e os estudantes apedrejavam os veículos. Notabilizaram-se por essas depredações os estudantes do Liceu.²⁰

A presença de populares e trabalhadores mostra que, embora as manifestações de 1968 fossem majoritariamente estudantis, outros segmentos e categoriais sociais as apoiavam, expressando seu descontentamento com o arrocho salarial imposto no início da ditadura e, porque não, com o autoritarismo vigente. Era no CÉU (Clube do Estudante Universitário), situado na Avenida da Universidade, onde hoje se encontra o prédio da faculdade de História da Universidade Federal do Ceará²¹, que normalmente aconteciam em Fortaleza as reuniões do recém-criado MIA (Movimento Intersindical Anti-arrocho, fundado nacionalmente em 1967) e de outras organizações sociais. Os estudantes apoiaram as greves eclodidas em 1968, como as dos professores da rede pública (por aumento

¹⁹ Em fevereiro de 1968, ante a não resolução do problema dos excedentes pelo então reitor da Universidade do Ceará, Fernando Leite, os estudantes radicalizaram. Tendo à frente o DCE, presidido pelo acadêmico de medicina vinculado ao PCdoB João de Paula Monteiro Ferreira, acamparam nos jardins da Reitoria, sendo desalojados pela polícia a pedido do reitor e após infrutíferas negociações. *O Povo*, 21/02/1968, p. 5. A *Gazeta de Notícias*, tratando do mesmo episódio, dizia que esta havia sido a primeira vez que a polícia reprimira os estudantes no âmbito interno da universidade, pois as repressões anteriores, como as ocorridas em 1967 nas passeatas contra o acordo *MEC-Usaid*, deram-se nas ruas de Fortaleza. *Gazeta de Notícias*, 22/02/1968, p. 2. Após novas promessas do Reitor de solucionar o problema junto ao Ministério da Educação, os excedentes tiveram êxito no março seguinte, em meio a novas e inúmeras passeatas dos jovens. *O Povo*, 23 e 24/03/1968, p.1.

²⁰ RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*, p. 230.

²¹ O CÉU (Clube dos Estudantes Universitários) era tido como um centro de fermentação política do movimento estudantil nos anos 1960. Era um prédio de dois andares, onde funcionava o restaurante universitário e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), servindo de espaço para realização de palestras e congressos. Apresentava ainda uma quadra para práticas esportivas na parte de trás. Outro local de reunião para as passeatas estudantis era a Faculdade de Direito da UFC. Vide RAMALHO, Bráulio. *Foi assim*. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

salarial e contra o atraso nos pagamentos dos vencimentos)²², das castanheiras da Fábrica Brasil Oiticica²³ e dos bancários (ambas por aumento salariais).²⁴

Importa ressaltar que nos anos a partir do começo dos anos 1960, o Ceará iniciou um processo de incremento industrial, mormente em Fortaleza, o que atraía cada vez mais migrantes do interior do estado. Surgiam, assim, vários bairros operários e favelas na cidade, especialmente no lado oeste. Paralelo a isso, os grupos dominantes e os equipamentos do poder público passaram a deixar o centro histórico de Fortaleza. As elites optavam por morar no elegante bairro de Aldeota, na porção leste. O centro, não obstante sediar ainda estabelecimentos comerciais, escolas e faculdades, perdia vigor e investimentos, se deteriorando, num processo que se intensificou nos anos 1970 e 1980²⁵.

Nas passeatas e manifestações públicas de 1968, a radicalização política mostrava o imaginário e o desejo dos militantes por mudanças mais profundas na sociedade, sem descartar o uso da violência. Não raras vezes, levantavam-se bandeiras de Cuba e do Vietnã (queimando o pavilhão dos Estados Unidos) e pronunciavam-se palavras de ordens exaltando líderes guerrilheiros como o vietnamita Ho Chi Min e o cubano-argentino Ernesto Che Guevara²⁶. Conforme relato de entrevistado²⁷, nas dependências do DCE da UFC os estudantes davam cursos de arte marcial e defesa pessoal para os colegas visando a prepará-los melhor para os embates com a polícia.²⁸ Os estudantes chegaram até a sequestrar um agente do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), infiltrado nas manifestações,

22 A 19 de setembro de 1968, professores e estudantes secundaristas promoveram passeata de protesto contra o atraso dos salários dos docentes, a repressão e a política educacional do governo. A passeata foi dissolvida à bala, gás lacrimogêneo e cassetetes. O Povo, 20/09/1968, p. 6.

23 O Povo, 26/11/1968, p. 6. O jornal informa que 85 funcionárias foram suspensas pela direção da empresa Brasil Oiticica quando solicitaram uma reunião cuja pauta reivindicava aumento salarial, visto que recebiam menos que o salário mínimo nacional. As funcionárias chegaram a ser agredidas e uma delas hospitalizada.

24 O Povo, 2/10/1968, p. 1.

25 COSTA, Maria Clélia Lustosa da. *Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço*.

26 O jornal O Povo de 14 de março de 1968, por exemplo, noticiava em estilo condenatório na primeira página uma passeata de universitários encerrada na Praça José de Alencar, aos gritos invocando Che Guevara e Ho Chi Min, e com a queima de uma bandeira americana. O Povo, 14/03/1968, p. 1.

27 José Machado Bezerra, ex-integrante de PCBR e ALN, entrevistado a 27/05/2003.

28 Revelação feita por Fabiani Cunha, ex-integrante da ALN e, à época, estudante de Direito e um dos ministradores desses cursos de defesa pessoal no CÉU. Fabiani Cunha nasceu em Fortaleza, no ano de 1940. Serviu à Aeronáutica e fora lutador de boxe. Entrevistado a 23 de maio de 2006.

para saber dos preparativos da repressão. O agente, vedado, foi “interrogado” nas dependências do CÉU e, após rodar por mais de duas horas dentro de um carro, acabou abandonado na periferia de Fortaleza.²⁹ Também aconteceram a invasão da reitoria e ocupação de prédios da Universidade do Ceará (os chamados Institutos Básicos, que reuniam os cursos de Química, Física e Matemática, no atual bairro do Benfica)³⁰, bem como o uso de bombas caseiras e depredação de alvos associados à ditadura³¹ e aos EUA.

Em lembrança a Édson Luis (universitário morto, no Rio de Janeiro, pela polícia, a 29 de março de 1968) e protestando contra a repressão da ditadura, os estudantes promoveram em Fortaleza, a 1º de abril, grande passeata, a qual, segundo a imprensa, contou com cerca de dois mil jovens de escolas superiores e secundárias.³² No final do evento, um grupo de manifestantes, espontaneamente ou seguindo a orientação da cúpula local do PCdoB – há sobre isso controvérsias – depredou a sede do USIS (*United States Information Service*/Serviço de Informações dos Estados Unidos, agência americana encarregada de realizar “intercâmbios culturais”, entenda-se a promoção de cursos, palestras, exibição de filmes, empréstimos de livros, etc., conforme o *american way of life*), na Galeria Pedro Jorge, centro da cidade.³³

29 O Povo, 05/04/1968, p. 6. O agente do DOPS sequestrado chamava-se Estevinho Ferreira Lima.

30 O Povo, 19/06/1968, p. 9.

31 Em agosto de 1968, os estudantes do Liceu, em passeata, entraram em confronto com os bombeiros, depredando o quartel daquela corporação militar, que, era vizinha do colégio, na Praça Gustavo Barroso (mais conhecida como Praça do Liceu). *O Povo*, 13/08/1968, p. 1-6. Geralmente os bombeiros faziam a repressão do ativo movimento estudantil liceísta. No auge da repressão da Ditadura, militantes de esquerda chegaram a ser presos e torturados no referido quartel.

32 O Povo, 01/04/1968, p. 1.

33 O quebra-quebra do USIS levou vários estudantes a serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional e à “prisão preventiva”, por quase 30 dias no 23º BC, como foi o caso de dois deles, Antônio de Matos Brito e Juraci Mendes de Oliveira (ambos acadêmicos de Filosofia), com base curiosamente em fotos batidas pelo então repórter fotográfico de *O Povo*, Egídio Serpa e repassadas ao DOPS. Não por acaso, os jornais tornaram-se alvo de críticas e do furor estudantil (houve agressões a repórteres e manifestações de repúdio a *O Povo*) nas novas passeatas organizadas, que exigiam a libertação dos colegas. No mesmo intento, os estudantes soltaram notas pela cidade, promoveram comícios relâmpagos em praças e ônibus, e paralisaram as atividades da Universidade do Ceará. Os dois jovens, que chegaram a acusar a Polícia Federal de tê-los torturado, foram libertos graças a um *habeas-corpus* impetrado junto ao Superior Tribunal Militar. *O Povo*, 02/04/1968, p. 2; 03/04/1968, p. 6; 07/04/1968, p. 6; 16/04/1968, p. 6.

O fato provocou grande indignação entre setores da sociedade, em geral os conservadores, os quais criticaram através dos jornais veementemente a “baderna”, sem deixar de advertir aos estudantes de que foram ações radicais como aquelas que levaram ao movimento de março de 1964, na intenção de manter a ordem.³⁴ A imprensa, a mesma que exaltava as manifestações dos jovens da Tchecoslováquia contra a invasão russa àquele país, em 1968³⁵, tratava de diminuir a importância das manifestações estudantis locais, como se fossem atos de “imatuross e ingênuos”, “manipulados” pelos comunistas e “subversivos”. Usariam os mesmos argumentos depois para desqualificar os cearenses que participaram da luta armada. Daí a condenação enfática, associando as manifestações a “terrorismo”, justificando a necessidade de repressão.³⁶ Significativo disso é o fato de os jornais noticiarem as passeatas na página dedicada aos fatos policiais. Em outubro de 1968, numa das primeiras ações da Ação Libertadora Nacional (ALN), tentou-se, sem sucesso, estourar uma bomba em outro símbolo norte-americano em Fortaleza, o curso de línguas do Ibeu.

34 “(...) Os estudantes talvez não tenham plena consciência dessa realidade, mas é preciso que se recordem que foram os desregramentos de 1964 que levaram o país ao movimento de março e às conseqüências consideradas necessárias para manter a ordem e o regime. E esta ameaça que pesa hoje sobre o país, se a juventude não compreender que deve lutar por seus direitos, por uma melhor educação, mas de forma diferente da que está sendo utilizada e que, estamos certos, levará aos objetivos pretendidos.” Editorial de capa de *O Povo*, 03/04/1968, p. 1.

35 Os jornais dão imensos espaços e condenam a invasão russa ao que ficou conhecido como Primavera de Praga, em 1968, usada como argumento para desmerecer as manifestações locais. O articulista J. C. Alencar Araripe no artigo “O estudante e a estrela vermelha” afirma: “No Ceará, no Brasil, estudantes desfraldam a bandeira vermelha, a mesma bandeira que imposta pela força à Polônia e à Tchecoslováquia, não oferecem soluções que satisfaçam o ideário da mocidade. Ninguém é indiferente à morte de um jovem (...) Mas utilizar o episódio chocante para manifestações políticas é uma exploração revoltante do cadáver de um moço tragicamente sacrificado. A morte foi um ato de violência. Condená-la, lembrando “Che” Guevara e hasteando a bandeira vietcong, é uma incoerência gritante. Porque Guevara e vietcong são expressões da violência, do terrorismo, do homicídio, e quem os aceita não tem razão alguma para protestar porque a arma que carrega contra os outros por ventura o atingiu.” *O Povo*, 03/04/68, p. 3.

36 O artigo “Paciência irritante” do jornalista e então deputado estadual pela Arena, Temístocles de Castro e Silva, condena as manifestações estudantis e informa que as mesmas também aconteciam em outras cidades cearenses: “A coisa já está insuportável. E o mais irritante, ainda, é a paciência o governo diante das provocações e dos desafios da atrevida minoria comunista das universidades, a serviço exclusivamente da baderna e da anarquia. (...) Em Sobral, alunos de um colégio dirigido por um padre, durante o desfile [de 7 de setembro] inundou a cidade de boletins imundos, insultando o povo, as Forças Armadas e debochando da mais significativa de todas as datas nacionais.” *O Correio do Ceará*, 17/09/1968, p. 8.

Do CÉU para as armas

Como dito, foram dois os principais grupos nacionais armados que agiram nas terras cearenses: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A ALN apresentou no País como fundador o baiano Carlos Marighela, destacado militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro), com o qual rompeu em 1967. Marighela havia se aproximado de Cuba e estruturou a ALN como uma “confederação” de grupos guerrilheiros, autônomos e com liberdade de iniciativa e ação, isso para evitar as verticalizações e burocratização dos tradicionais partidos comunistas. Marighela foi morto em São Paulo no ano de 1969.³⁷

Os primeiros contatos de cearenses com a ALN se deram em 1967, por intermédio de um enviado de Marighela a Fortaleza. Um daqueles militantes locais, o professor de inglês Silvio Mota, viajou a São Paulo no intento de acertar a fundação da seção cearense da Ação Libertadora Nacional. Vale ressaltar que a propalada autonomia da ALN não se aplicava completamente à seção local, visto que várias vezes os militantes cearenses foram impedidos de realizar ações pela direção nacional. Ao que parece, a cúpula da ALN via o Ceará como uma área estratégica de reserva (“área de recuo”), para onde poderia deslocar seus principais quadros caso necessitasse, ante a repressão da ditadura.³⁸

Quanto ao PCBR, sua fundação aconteceu em abril de 1968, no Rio de Janeiro, a partir de outra dissidência do PCB, liderada por Mário Alves, jornalista e intelectual dos mais respeitados entre os comunistas. Tal dissidência divergia também de Marighela, pois visava à reconstrução de um novo partido revolucionário, nos moldes marxista-leninistas clássicos e que conduzisse à luta armada – o fundador da ALN, como vimos, era avesso a “estruturas partidárias burocratizadas”. Ao contrário de organizações mais militarizadas, como a ALN, o

37 NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge (Orgs.). *Carlos Marighela: o homem por trás do mito*. São Paulo: UNESP, 1999. MAGALHÃES, Mário. *Marighela: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

38 FARIAS, José Airton de. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar*. 2007, 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PCBR afirmava que a luta armada não se dissociava do trabalho com as massas – o grupo foi muito ativo nas agitações de 1968 – e tampouco excluía o potencial das cidades, onde seria igualmente possível promover ações armadas, embora o cenário principal e ideal estivesse no campo.³⁹

No Ceará, o PCBR foi organizado em 1968 por militantes vindos de Recife-PE, fugindo da repressão e com a perspectiva de difundir a guerrilha pelo restante do Nordeste. Um desses, o estudante Francisco de Assis, acabou incumbido de estruturar a organização na capital cearense, após contatos com a cúpula nacional do PCBR. Buscou atrair especialmente integrantes do meio estudantil, como Mário Albuquerque, destacado ativista estudantil secundarista na época.

A agitação toda de 1968 contava com apoio dos grupos guerrilheiros, que concebiam a radicalização política como forma de criar uma situação favorável à luta armada e mesmo como “campo de observação”, para o recrutamento de futuros militantes. Um estudante “politizado” e que mostrasse ou realizasse uma ação mais “dura” (por exemplo, atirasse um coquetel *molotov* contra a polícia) possivelmente seria convidado para adentrar nas organizações guerrilheiras, afinal, demonstrara disposição para “coisas maiores”, como pegar em armas. Vários dos militantes armados foram convocados assim. Falou-nos um dos entrevistados sobre este episódio e sua entrada na ALN:

Eu entrei depois de uma manifestação que houve aqui no centro de Fortaleza, na Praça José de Alencar, uma manifestação estudantil contra o aumento do ônibus. Então, foi feito comício relâmpago, aquela coisa toda (...) eu não tinha muito contato, mas tava lá (...) tinha um colega do PCdoB... me passou um coquetel molotov e eu joguei num ônibus. Dias depois, um colega universitário me procurou e me convidou para participar, segundo ele, de um grupo mais consequente, de um grupo armado e tal, e foi dando as propostas da ALN. Depois de algumas discussões, eu aceitei entrar para o grupo.⁴⁰

O intento da radicalização política visando favorecer a guerrilha, ou seja, de endossar ainda mais o “cima revolucionário” que os militantes imaginavam existir, é contado pelo ex-guerrilheiro do PCdoB no Araguaia, Pedro Albuquerque:

39 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*.

40 José Machado Bezerra, ex-integrante de PCBR e ALN, entrevistado a 27 de maio de 2003.

Nós saíamos nas passeatas armados com bombas molotov, alguns revólveres com alguns companheiros e aí o objetivo era realmente gerar fatos políticos enfrentando a polícia. E na época a polícia não conhecia a bomba molotov e quando a gente jogava a bomba ela realmente corria. As bombas eram produzidas pelos estudantes do Curso de Química e Física, os quais, no começo, tinham dificuldades para acender o estopim, mas, depois, descobriram um processo em que bastava lançá-las e, ao baterem no chão, incendiavam. (...) A gente levava isso num carrinho de picolé. A polícia nem desconfiava que aquilo ali era uma bomba⁴¹.

Conforme depoimento de Silvio Mota⁴², um dos primeiros dirigentes da ALN no Ceará, a “introdução” do “coquetel químico” nas passeatas estudantis em Fortaleza foi inovação trazida pela organização de Marighela. Atiravam o molotov com “bombas rasga-lata”, fazendo um barulho ensurdecedor. Dessa forma, não surpreende que os ativistas Fabiani Cunha, Gilberto Telmo Sidney Marques, Silvio Albuquerque Mota e José Sales Oliveira, indiciados pela Polícia Federal e enquadrados na Lei de Segurança Nacional em outubro de 1968, por “preparar coquetéis molotov, com a finalidade de atirá-los contra os seguranças durante os comícios e passeatas proibidos em Fortaleza”⁴³, fossem todos integrantes da Ação Libertadora Nacional.

Embora tais agitações criassem a impressão de uma retomada das lutas sociais urbanas e ajudasse a difundir entre os militantes a “proximidade da eclosão da sonhada revolução”, não se pode exagerar essa perspectiva. Na verdade, as mobilizações estavam praticamente restritas às classes médias (professores, bancários, etc.), sendo difundidas pelo movimento estudantil.⁴⁴ Como bem afirmou Daniel Aarão, no contexto do pós-golpe, os trabalhadores urbanos e rurais demonstravam notável incapacidade de articulação na ilegalidade, alvo que eram dos

41 Pedro Albuquerque Neto nasceu em Fortaleza. Líder estudantil nos anos 1960, lutou na guerrilha organizada pelo PCdoB no Araguaia, de onde saiu em 1971. Acabou preso e torturado na capital cearense. Atualmente é professor universitário. Entrevistado a 27 de março de 2003.

42 Silvio de Albuquerque Mota nasceu em Fortaleza no ano de 1945. Foi um dos principais dirigentes da ALN no Ceará, chegando mesmo a treinamento militar em Cuba. Atualmente é juiz do Trabalho aposentado na capital cearense. Entrevistado em 03 de junho de 2006.

43 O Povo, 16/10/1968, p. 8.

44 A imprensa, por mais que estivesse comprometida com a Ditadura e tentasse diminuir a importância das manifestações populares, noticiava a falta de maior engajamento dos trabalhadores: “(...) Foi iniciado ontem um Movimento Intersindical Anti-arrocho (...) Dos seis sindicatos que em princípio apoiaram o movimento, apenas quatro mandaram representantes para o Sindicato dos Tecelões, local da reunião ontem realizada. A ela compareceram cerca de 200 pessoas, das quais cerca de 50% estudantes, muitos dos quais secundaristas”. O Povo, 09/04/1968, p. 6.

olhos e mãos da repressão.⁴⁵ Essa desarticulação continuaria, senão aumentaria, quando os louros do “milagre econômico” e o clima de nacionalismo se intensificassem a partir de 1969, exatamente quando as esquerdas intensificariam a luta armada. O isolamento destas seria uma razão de seu fracasso.

Imensa repercussão em Fortaleza teve a prisão dos estudantes cearenses no Congresso clandestino da UNE, em Ibiúna-SP, no mês de outubro de 1968. O fato foi apontado como um golpe naquelas mobilizações que sacudiam o País⁴⁶, ainda que tenham acontecido depois várias manifestações de protestos por parte dos estudantes. O pouco resultado prático das manifestações estudantis criava nos militantes o anseio por “ações mais concretas”. No livro de memórias do ex-militante da Ação Popular, Mariano de Freitas, isso é explícito:

Por mais de uma vez, invadimos e quebramos a Agência Americana USIS (...) hasteamos, em algumas oportunidades, a bandeira do Vietnã em plena Praça do Ferreira, como no dia em o exército americano massacrava uma comunidade vietnamita indefesa. Por coincidência, a polícia não reprimiu essa manifestação, e, depois de falarmos para o povo em quase todas as esquinas do Centro, encerramos a passeata na Praça do Ferreira. Encontrei-me com o Galba Gomes, abraçamo-nos eufóricos e eu lhe perguntei: “Como é, Galba, vamos ou não tomar o Palácio do Governo de assalto?” (...) Começamos a rir de nossa impotência. Esse problema me assaltava a mente e depois de uma passeata bem sucedida, “E agora? Não vai acontecer nada? Não Vai mudar nada? Vai ficar tudo como era antes?” (FREITAS, 2002, p. 106).

A “improdutividade” do movimento estudantil, a mentalidade imperante entre muitos militantes de que se mudaria o País apenas pela radicalização política, o aumento da repressão, o fechamento total da ditadura com o Ato Institucional nº. 5 (13 de dezembro de 1968) – apoiado pelos segmentos conservadores locais – e o descenso do movimento de massa foram tomados como evidências de que a luta contra o regime só poderia ser vitoriosa através das armas. Dessa forma, os grupos armados já existentes, e outros que surgiriam, intensificaram suas ações. Era a hora do combate.

45 AARÃO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 64.

46 GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 161.

Combates na Terra da Luz

Igual a outros locais do Brasil, de forma geral, os militantes da guerrilha atuantes no Ceará eram jovens, de idade inferior a 25 anos, pertencentes à classe média intelectualizada, estudantes, sobretudo, do sexo masculino.⁴⁷ Apesar de a violência política não ser exatamente uma novidade na história do Ceará, a presença dos militantes da luta armada e seus objetivos socialistas irritaram os setores dominantes e conservadores locais, apoiadores da ditadura militar. De maneira parecida com o sucedido em outros estados do Brasil, os órgãos governamentais no Ceará foram, ao longo dos anos, melhor se estruturando, endurecendo a repressão aos que chamavam de “subversivos”.⁴⁸ Agentes da repressão de outros estados começaram a visitar o Ceará, trazendo suas experiências no combate aos “inimigos da Pátria”. Um desses foi o delegado do DOPS paulista, Sérgio Paranhos Fleury, que esteve no estado no começo de 1971. O Ceará apresentou mesmo uma seção do DOI-Codi (Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações e Defesa Interna), órgão responsável pelo combate, tortura e assassinato de opositores na ditadura, criado em 1970 durante o governo do presidente Médici. Isso faz questionar o senso comum, bastante propalado no estado ainda hoje, de que a ditadura foi branda no Ceará.

As ações da guerrilha de esquerda no Ceará concentraram-se no período entre o final de 1969 e início de 1970, exatamente quando a repressão aumentava no País. Na visão dos ativistas, era necessário prosseguir na luta, obter mais infraestrutura, novos quadros, etc., intensificando e propagando ações em áreas onde não tinham acontecido ainda, mostrando que o cerco à ditadura estava se completando, que se estendia por todo o Brasil, por mais que os militares reagissem. Quando das primeiras ações armadas no estado, estas eram relatadas na imprensa como crimes comuns.

A primeira atividade “terrorista” noticiada como tal no Ceará deu-se a 4 de dezembro de 1969 – não por coincidência, exato um mês após o assassinato de

47 FARIAS, José Airton de. *Além das armas*.

48 FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Marighela, em São Paulo –, no caso, um assalto ao Banco Mercantil de Fortaleza, ação da ALN que acabou frustrada pela reação à bala de um vigia da agência. O fato teve imensa repercussão. As autoridades, líderes empresariais e os jornais em editoriais se apressaram em condenar o “ato subversivo”, ao mesmo tempo em que ressaltavam a interrupção do assalto pelo guarda como uma prova do preparo dos órgãos de segurança locais.

A partir da tentativa de assalto ao Banco Mercantil, as iniciativas armadas da esquerda radical intensificaram-se no estado, atingindo o apogeu em 1970. A ALN expropriou quatro mil cruzeiros novos da empresa de ônibus São Vicente de Paula e mais de 22 mil cruzeiros novos da Fortaleza Refrigerantes, representante local da Coca-Cola. Repercussão maior, entretanto, teve o assalto ao carro pagador do *London Bank*. A expropriação do *London Bank* foi a primeira de maior envergadura do PCBR no estado, em conjunto com o Movimento Comunista Internacional (MCI), organização trotskista local. O assalto, cujo produto foi cerca de 98 mil cruzeiros novos, teve à frente o Comando Político Militar, estrutura móvel do PCBR que atuava em todo o Nordeste⁴⁹.

Apesar de se ajudarem e manterem relações relativamente cordiais, as organizações armadas concorriam entre si para verificar qual iniciava logo a guerrilha rural e a revolução, além de disputarem a simpatia e o ingresso de militantes. Não surpreende que, nos meses seguintes, a ALN intensificasse sua atuação, com ações cada vez mais ousadas, cujos êxitos reforçavam a confiança dos militantes em seu potencial, fazendo, por outro lado, aumentar o cerco da ditadura.

Ante a crescente repressão, a 29 de agosto de 1970, a ALN promoveu uma desastrosa ação de justicamento do comerciante José Armando Rodrigues, no município cearense de São Benedito, episódio que assinalou o começo do fim da luta armada no estado. O comerciante era acusado por um apoiador da ALN em São Benedito, José Bento da Silva, de possuir uma lista com nomes de “subversivos” a ser entregue ao governo militar. Armando Rodrigues, pois, teria se tornado um perigo para a ALN e acabou sequestrado e assassinado pelos ativistas. Existem várias versões dadas pelos antigos militantes para esse assassinato. Há

⁴⁹ FARIAS, José Airton de. *Além das armas*.

grande controvérsia se existia concretamente esse risco de delação ou se houve uma razão passional para aquela execução. Membros da esquerda local entendem que José Bento teria usado a organização para fins passionais, pois nutria ódio pelo comerciante, o qual teria se relacionado amorosamente e desvirginado uma de suas filhas. O denominado caso de São Benedito se tornou um trauma entre os militantes da esquerda cearense. Após matar o comerciante, os guerrilheiros da ALN sofreram verdadeira caçada policial, sendo capturados dois deles, Valdemar Menezes e William Montenegro. Nos meses seguintes, outros implicados caíram, sendo a ALN desmantelada.⁵⁰

O episódio, ao mesmo tempo, ganhou enorme espaço na mídia local e nacional, sendo explorado pela ditadura para mostrar a “brutalidade, covardia, frieza e o perigo dos terroristas” que com seus projetos comunistas, “atentavam contra a Pátria e matavam inocentes, sem piedade”. A população, há muito bombardeada pela imprensa e governo com uma imagem negativa dos “terroristas”, recebeu com indignação o acontecido, contribuindo ainda mais para isolar a guerrilha de esquerda do resto da sociedade e para seu desmantelamento.⁵¹

O PCBR ainda realizou um grande assalto, de 200 mil cruzeiros novos (um dos maiores da história do Ceará), ao Banco do Brasil de Maranguape, aliás, a única ação exitosa de expropriação conhecida em agência bancária no interior cearense. Mas, logo em seguida, alguns de seus militantes foram presos pela polícia quando faziam pichações em Fortaleza na defesa do voto nulo. Com o estouro de vários aparelhos e tortura dos militantes caídos, novas prisões aconteceram e a organização igualmente foi desbaratada.

Em 1972, ainda houve ações de um grupo local, a FLNE (Frente de Libertação do Nordeste). Esta foi formada principalmente por dissidentes da ALN no Ceará e Pernambuco, descontentes com o fato da cúpula nacional desta organização estar levando os principais quadros do Nordeste para suprir as quedas ocorridas no Sudeste⁵².

50 FARIAS, José Airton de. *Além das armas*.

51 FARIAS, José Airton de. *Além das armas*.

52 MOTA, Sílvio. *Rebeldes*.

A FLNE realizou algumas ações exitosas, mas quando alguns de seus integrantes se preparavam para fazer a expropriação do Banco do Brasil no Crato-CE, em janeiro de 1972, acabaram caindo. Entre os detidos, José Sales Oliveira, antigo líder da ALN e um dos dois últimos foragidos do caso de São Benedito. Sales, condenado à prisão, seria solto em 1980, considerado o último preso político da ditadura a ser libertado no Brasil.⁵³

Conclusão

Há toda uma nova produção acadêmica que aborda o impacto de conhecidos processos históricos, como os de 1968, em áreas e regiões que não as do Centro-Sul. É o caso de Fortaleza, no Ceará. Naquele ano, a capital cearense foi sacudida por várias passeatas e protestos de estudantes. À frente desta agitação toda, organizações como Ação Popular, Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e Partido Comunista do Brasil (PcdoB). Ocupando avenidas e praças, realizando atos públicos denunciando a ditadura e o imperialismo e apedrejando ônibus e símbolos que associavam aos Estados Unidos, muitos dos jovens passaram a defender posições mais radicais. Tais jovens eram observados pelas organizações de esquerda que propunham a luta armada para derrubar o governo dos militares e criar o socialismo e que já estavam se estruturando em Fortaleza naquele 1968.

As principais organizações a agirem no estado foram a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Ante a repressão da ditadura e as limitadas repercussões do movimento estudantil, vários dos jovens que estavam nas ruas em 1968 adentraram aos grupos armados. Isolados da sociedade, que discordou da tática armada e dos objetivos socialistas, os grupos foram alvos da repressão em poucos anos. Raro o militante da guerrilha que não tenha sido torturado no Ceará. Derrotados, os militantes foram condenados a

53 FARIAS, José Airton de. *Pavilhão Sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971- 1978)*. 2018, 348f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

longas penas, a serem cumpridas no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), presídio perto de Fortaleza.

Referências Bibliográficas

AARÃO, Daniel. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 64.

FARIAS, José Airton de. **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar**. Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil, 2007.

_____. *Pavilhão Sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971- 1978)*. Doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, 2018.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREITAS, Mariano de. **Nós, Os Estudantes**. Fortaleza: Livro Técnico, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1999.

MAGALHÃES, Mário. **Marighela: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MOURÃO, Mônica. **Memórias Clandestinas**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

NOVA, Cristiane, e NÓVOA, Jorge (Orgs.). **Carlos Marighela: o homem por trás do mito**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

RAMALHO, Bráulio. **Foi assim**. Fortaleza: ABC Editora, 2002.

RIDENTI, Marcelo. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: MORAES, João Quartim de, e AARÃO, Daniel (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

ROCHA, GILVAN. **Meio século de caminhada socialista**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2008.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.